



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007395-55.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Antonio Carlos Stefane e outro**
 Executado: **Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **CÉSAR PISTELLI E ANTONIO CARLOS STEFANE** em face de **ALVORADA CARTÕES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (sucessor de Banco Mercantil de São Paulo). Preliminarmente requereram os benefícios da justiça gratuita. No mérito, requereram o pagamento dos valores oriundos da reposição do expurgos inflacionários em relação às contas poupanças de n. 1.283.489-0 (fl. 21) e 225.305-4 (fl. 29), referentes ao Plano Verão.

Deferido o diferimento das custas ao final do processo e a tramitação prioritária do feito (fl. 41).

Citado (fl. 43), o banco ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 86/114 e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 83). Juntou documentos às fls. 115/275.

Manifestação sobre a impugnação às fls. 279/305.

Réplica às fls. 338/343.

Feito saneado às fls. 344/345.

Cálculo de liquidação às fls. 349/359.

Manifestação sobre o laudo às fls. 362 e 364/376, pelos exequentes e executado, respectivamente.

Foi determinada a suspensão do feito (fl. 377), por força da r. Decisão proferida nos autos do REsp n. 1.438.263 - SP.

Certificada a desafetação dos REspns ns. 1.361.799 e 1.438.263 e cancelamento dos Temas 947 e 948, do STJ, procedendo-se o levantamento da suspensão do feito.

Instados a comprovarem a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 386), os exequentes se manifestaram às fls. 388 e 394.

Constatada a litispendência foi proferida sentença extinguindo o feito sem a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso V do NCPC em face do exequente **Antonio Carlos Stefane**, que na ocasião foi condenado ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Houve homologação do cálculo de liquidação de fls. 349/353 e rejeição da impugnação, em relação ao exequente **César Pistelli**.

Interposto agravo de instrumento pelo banco executado (fls. 433/466) em face da decisão que rejeitou a impugnação e homologou os cálculos elaborados, provido parcialmente (fls. 484/492).

Foi determinada a remessa dos autos ao contador judicial, nos termos propostos pelo v. Acórdão (fl. 497).

Novo cálculo de liquidação às fls. 501/506.

Manifestação sobre o laudo às fls. 510 e 511, pelo exequente e executado, respectivamente.

É o relatório.

Decido.

Pois bem, discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial. Já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos no v. Acórdão de fls. 484/492 e decisão de fl. 497.

Adveio novo laudo do contador judicial às fls. 501/506, adstrito aos exatos termos do título exequendo e das decisões proferidas nos autos.

As partes manifestaram sua concordância com o valor apurado (fls. 510 e 511), não havendo qualquer motivo para desabonar o trabalho do contador que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais.

Honorários advocatícios devidos, nos termos do V. Acórdão de fls. 482/495.

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo expert às fls. 501/506 e **REJEITO PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO**.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO o feito**, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

Com o trânsito em julgado desta sentença e decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, expeça-se mandado de levantamento em favor do exequente, referente ao depósito efetuado em juízo de fl. 47, no valor de R\$ 11.817,87, com os devidos acréscimos legais, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento do percentual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de 50% das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando da mesma forma, condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento do percentual de 50% das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa nos autos e arquivem-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 03 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**